

Insolvências aumentam em P. Delgada e baixam em Angra e Horta

As insolvências baixaram no país 15,7% em outubro face a igual período do ano passado, revela a Iberinform.

No acumulado, regista-se uma descida de 0,7%, com um total de 4.086 insolvências, menos 28 que no mesmo período de 2020.

As Declarações de Insolvência requeridas por terceiros aumentam de 776 em 2020 para 796 em 2021, o que traduz um incremento de 2,6%.

Por oposição, as Declarações de Insolvência apresentadas pelas próprias empresas diminuíram de 929 em 2020 para 816 nos primeiros dez meses de 2021, o que representa uma redução de 12,2%.

Os encerramentos com Plano de Insolvência evoluíram de 36 em 2020 para 43 em 2021 (+19,4%).

Entre janeiro e outubro deste ano foi declarada a insolvência (encerramento de processos) de 2.431 empresas, mais 58 que no mesmo período do ano passado.

P. Delgada a segunda cidade com maior aumento de insolvências

Os distritos do Porto e de Lisboa são os que apresentam os valores absolutos mais elevados, com 1.024 e 946 insolvências, respetivamente.

Por comparação com 2020, verifica-se um aumento de 14,3% em Lisboa e



uma redução de 2,8% no Porto.

Além da capital, há aumentos em mais seis distritos: Portalegre (38,1%); Ponta Delgada (+24,1%); Setúbal (+23,7%); Guarda (+22,2%); Castelo Branco (+15%) e Coimbra (+7,1%).

Contudo, a maioria dos distritos (68,2%) apresenta uma diminuição nas insolvências, com as descidas mais significativas a verificarem-se em: Bragança (-60,6%); Horta (-60%); Faro (-35,1%); Angra do Heroísmo (-31,6%) e Beja (-29,6%).

Em termos absolutos, o maior nú-

mero de insolvências verifica-se na Indústria Transformadora (879), seguida de Outros Serviços (835), Construção e Obras Públicas (644) e Comércio Por Grosso (460).

Os maiores aumentos face a 2020 pertencem às atividades de: Eletricidade, Gás e Água (+62,5%); Indústria Extrativa (+55,6%); Hotelaria e Restauração (+23%) e Construção e Obras Públicas (+10,1%).

Sete setores apresentam redução das insolvências com as maiores descidas a pertencerem ao Comércio a Retalho

(-12,3%), Transportes (-10,7%) e Indústria Transformadora (-7,9%).

Horta com maior aumento de constituições de empresas

As constituições baixaram de 3.620 em outubro de 2020 para 3.344 em 2021, menos 276 novas empresas (-7,6%).

No acumulado, foram constituídas 34.250 novas empresas em 2021, mais 2.453 que no ano passado (+7,7%).

O distrito de Lisboa lidera com 10.743 constituições até final de outubro, seguido do Porto (6.064) e de Braga (2.732).

Os maiores aumentos registam-se em: Horta (56%); Madeira (41,1%); Ponta Delgada (20,1%) e Setúbal (+17,9%).

No total, 16 distritos apresentam aumentos nas constituições (27,3%).

Com diminuições destacam-se: Vila Real (-12,4%); Beja (-8,7%); Coimbra e Portalegre, ambos com uma redução de 5,3% face a 2020.

Os setores com maiores aumentos nas constituições são: Indústria Extrativa (25,9%); Comércio a Retalho (15,1%) e Construção e Obras Públicas (14%).

Os maiores decréscimos pertencem aos Transportes (-12%), Eletricidade, Gás e Água (-11,3%) e Telecomunicações (-8,4%).

PS acusa governo de baixa execução do Plano este ano

Na sequência da audição realizada, na Comissão de Política Geral, à Secretária Regional das Obras Públicas, Tiago Branco alertou para "a baixa execução do Plano aprovado para o corrente ano", considerando que isso retira "credibilidade à proposta que o executivo açoriano apresenta para 2022".

O deputado do Grupo Parlamentar do PS/Açores recorda que o atual Governo, "quando foi confrontado com a redução de verbas em 2021, face a planos de anos anteriores", assegurou que "o Plano de 2021 só iria ter verbas possíveis de executar!".

No entanto, acrescenta, como se constata, "em 28 ações do Plano de 2021 da Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações, 20 delas têm 0% de investimento executado e das restantes 8, apenas 1 tem mais de 50% executado, sendo que outras não atingem mais que 16% de execução financeira".



Esta "incapacidade para concretizar os compromissos assumidos" e o facto da proposta de Plano e Orçamento assentarem em "receitas fictícias", são motivo de preocupação para o Partido Socialista. "Em sede de Comissão tivemos oportunidade de questionar a governante sobre que credibilidade merece uma proposta que prevê executar mais de 120 milhões quando este ano, os 94 milhões de euros inscritos só tinham, em junho, pouco mais de 17 milhões de euros executados, ou seja, 18,6%?".

Governo lança concurso para compra de produtos alimentares

O Instituto de Segurança Social dos Açores (ISSA), IPRA, publicou, no dia 5 de novembro, o anúncio que marca o início do procedimento concursal que visa a aquisição de géneros alimentares para o arquipélago dos Açores, no âmbito do Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carentes (FEAC).

O objeto deste procedimento será o fornecimento de géneros alimentares para as ilhas do arquipélago, com o preço base de 3.667.608,69 euros.

Os produtos alimentares a concurso estão divididos por um maior número de lotes (19), ficando ao critério dos interessados escolher os lotes a que querem concorrer.

Perspetiva-se, assim, que mais empresas possam submeter as suas propostas.

O programa em causa tem como objetivo a distribuição de géneros alimentares junto das pessoas mais carenciadas, pretendendo mitigar a pobreza, a exclusão social e a privação alimentar.

A operacionalização do FEAC con-

cretiza-se na Região desde 2019, através do Programa Operacional de Apoio a Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC), sendo o ISSA, IPRA, o organismo responsável pela coordenação global do programa em parceria com as instituições locais.

Subsídio de Precariedade Económica

Até à conclusão deste procedimento concursal, o ISSA, IPRA acionará os mecanismos de apoio previstos, designadamente o Subsídio de Precariedade Económica, para que possa ser assegurado às famílias mais carenciadas o necessário auxílio ao nível da distribuição de alimentos.

Este concurso público foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia, no Diário da República e no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores (<https://jo.azores.gov.pt/api/public/ato/e47f24fa-d598-41fb-97d4-7ed0a25-da351/pdfOriginal>).